



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 360/GC4, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Estabelece normas administrativas aplicáveis às situações resultantes do casamento e de união estável entre militares da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67000.014525/2019-11, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas administrativas aplicáveis às situações resultantes do casamento e da união estável entre militares da Aeronáutica.

Parágrafo único. Para efeitos desta Portaria, observada a legislação específica, são reconhecidos o casamento e a união estável, com os mesmos efeitos jurídicos e administrativos, desde que comprovados por meio de documento próprio que venha constar dos assentamentos individuais do militar.

Art. 2º A família tem especial proteção do Estado, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, devendo o interesse do serviço ser compatibilizado com este princípio.

Art. 3º Com fulcro no § 3º do art. 226 da Constituição Federal, a união estável entre militares é reconhecida como entidade familiar.

Art. 4º São considerados dependentes comuns do casal de militares aqueles previstos no Estatuto dos Militares que, por força de outros instrumentos legais específicos, estão sob responsabilidade de ambos os cônjuges:

I - o filho ou o enteado menor de 21 (vinte e um) anos de idade ou inválido;

II - o filho ou o enteado estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que não receba remuneração; e

III - o tutelado ou o curatelado inválido ou menor de 18 (dezoito) anos de idade que viva sob guarda por decisão judicial, desde que não receba remuneração.

§ 1º O cônjuge ou companheiro(a) militar de menor grau hierárquico é considerado dependente do de maior grau hierárquico, quando tal fato não contrariar obrigações, deveres, direitos e prerrogativas individuais, previstos para cada um dos militares.

§ 2º Os dependentes comuns são vinculados ao cônjuge ou companheiro(a) militar de maior grau hierárquico, para todos os efeitos decorrentes dos dispositivos previstos em legislação específica e nesta Portaria.

§ 3º Os demais dependentes previstos no Estatuto dos Militares são considerados dependentes individuais de cada cônjuge ou companheiro(a) militar, atendidos os dispositivos legais administrativos específicos.

§ 4º Os dependentes do cônjuge ou companheiro(a) militar de menor grau hierárquico, resultantes de uniões anteriores, que, por força deste artigo, são considerados comuns, poderão permanecer a ele vinculados, por opção do casal, manifestada em declaração conjunta, que deverá constar nos assentamentos individuais de ambos os militares.

§ 5º Em caso de separação judicial, divórcio ou de dissolução da união estável do casal de militares, os dependentes até então considerados comuns serão vinculados ao militar a quem for concedida a guarda judicial.

§ 6º no caso da guarda compartilhada, os dependentes até então considerados comuns serão vinculados ao militar cuja residência tenha sido fixada como lar de referência do menor, conforme sentença judicial.

Art. 5º Quando militares cônjuges ou companheiros ocuparem Próprio Nacional Residencial (PNR), caberá ao militar de maior grau hierárquico o pagamento da Taxa de Ocupação.

Art. 6º A titularidade do Termo de Permissão de Ocupação (TPO) de um PNR poderá ser transferida para o cônjuge ou companheiro(a), também militar, mediante observância das condições tratadas em legislação específica.

Art. 7º Ocorrendo a movimentação dos militares cônjuges ou companheiros, por interesse do serviço ou ex officio, de uma mesma sede de origem para uma mesma sede de destino, o transporte pessoal e de bagagem, observada a legislação específica, será devido somente a um dos militares, com base na maior remuneração, sendo o outro considerado dependente, juntamente com os dependentes comuns e individuais de ambos.

§ 1º No caso deste artigo, caberá o transporte de um automóvel e de uma motocicleta a ambos, desde que devidamente registrados, em seus próprios nomes ou de seus dependentes, em órgão de trânsito, inclusive sob a forma de arrendamento mercantil - leasing.

§ 2º Caso apenas um dos militares seja transferido por necessidade do serviço ou ex officio, somente este fará jus ao transporte pessoal e de bagagem para si e seus dependentes, comuns e individuais.

Art. 8º Nas movimentações de militares cônjuges ou companheiros, por interesse do serviço ou ex officio, envolvendo sedes distintas daquelas referidas no artigo anterior, será devido a ambos o pagamento da indenização de transporte pessoal e de bagagem.

Parágrafo único. O transporte pessoal dos dependentes comuns será devido ao militar com o qual estes seguirem destino.

Art. 9º. A movimentação de militares cônjuges ou companheiros, por interesse do serviço ou ex officio, para uma mesma sede, ensejará pagamento de ajuda de custo somente a um destes militares, com base na maior remuneração, sendo o outro considerado seu dependente.

Parágrafo único. No caso deste artigo, se somente um dos militares cônjuges ou companheiros for movimentado por interesse do serviço ou ex officio, apenas esse fará jus à ajuda de custo, aplicando-se-lhe o previsto para movimentação individual de militar, sendo o outro considerado seu dependente.

Art. 10. Nas movimentações de militares cônjuges ou companheiros para sedes diferentes, para o pagamento de ajuda de custo, aplicar-se-á o previsto para a movimentação individual de militar.

Art. 11. Nas movimentações de militares que possuam cônjuge ou companheiro militar para comissões superiores a quinze dias e iguais ou inferiores a seis meses, sem desligamento da organização militar, aplicar-se-á o previsto para movimentação individual de militar, independentemente de precedência hierárquica em relação ao cônjuge.

Parágrafo único. As movimentações conjuntas de militares cônjuges ou companheiros para comissão, na mesma localidade, superior a quinze dias e igual ou inferior a seis meses, sem desligamento da organização militar, ensejarão pagamento de ajuda de custo correspondente a remuneração integral somente a um destes militares, com base na maior remuneração, sendo o outro considerado seu dependente.

Art. 12. O Auxílio-funeral, quando envolver militares cônjuges ou companheiros, será pago em conformidade com a legislação específica e, no que se refere aos dependentes, com a observância ao art. 4º desta Portaria.

Art. 13. De acordo com a legislação específica, ambos os militares cônjuges ou companheiros são contribuintes do Fundo de Saúde da Aeronáutica, devendo, no que for pertinente, ser observado o disposto no art. 4º desta Portaria e ainda:

I - Cada militar contribuirá para o seu próprio Fundo de Saúde individualmente.

II - Cada militar contribuirá para o seu próprio Fundo de Saúde em relação aos dependentes individuais.

III - O militar de maior grau hierárquico contribuirá para o Fundo de Saúde em relação aos dependentes comuns.

IV - Por opção do casal, manifestada em declaração conjunta, poderá o militar de menor grau hierárquico contribuir para o Fundo de Saúde em relação aos dependentes considerados comuns, resultantes de uniões anteriores.

Art. 14. A licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) militar, nos termos da Lei nº 11.447, de 5 de janeiro de 2007 e da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, poderá ser concedida a militar de carreira que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro servidor público da União ou militar das Forças Armadas que for, de ofício, exercer atividade em órgão da administração pública federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da organização militar do requerente.

§ 1º A referida licença terá o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser concedida de maneira contínua ou fracionada.

§ 2º A licença não será remunerada e interromperá a contagem de tempo de efetivo serviço, salvo, neste último caso, para fins de indicação para a quota compulsória.

§ 3º A licença tratada neste artigo não será concedida quando o cônjuge ou companheiro(a) acompanhante puder, no local de destino, ser colocado à disposição, passado à situação de adido ou classificado/lotado em Organização Militar das Forças Armadas para o desempenho de função compatível com o seu nível hierárquico.

§ 4º A passagem à disposição ou à situação de adido ou a classificação/lotação em Organização Militar, de que trata o parágrafo anterior, será efetivada sem ônus para a União e sempre com a aquiescência das Forças Armadas envolvidas.

Art.15. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas ao Comando-Geral do Pessoal, que as encaminhará ao Estado-Maior da Aeronáutica, acompanhadas do respectivo Parecer.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revoga-se a Portaria nº 31/GC6/2008, de 22 de janeiro de 2008, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 018, de 28 de janeiro de 2008.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica